

Uma Hipótese Empírica para o Problema Mente-Corpo *

Este texto é uma síntese da posição de Thomas Nagel da hipótese empírica da necessidade da identidade entre estados mentais e estado cerebrais. Se a aparência da contingência na relação mente-cérebro é ilusória, então a tese de que mente e cérebro estão contingentemente relacionados fica enfraquecida dando mais credibilidade à hipótese empírica de que os estados mentais são estados cerebrais. Neste texto mostra-se como o argumento para a aparência da contingência não colhe e descreve-se em termos abstractos o carácter lógico e conceptual de uma teoria empírica futura que explique a necessidade da identidade psicofísica. O caminho a percorrer é o seguinte: inicialmente esboça-se o argumento (*modus tollens*) de Saul Kripke apresentado em *Naming and Necessity* (Kripke 1980) na versão identidade particular-particular; depois dá-se relevo à segunda premissa do argumento, na medida em que é sobre esta que se centram as objecções de Nagel; em seguida, e até ao final, sintetiza-se a posição de Nagel relativamente à hipótese da necessidade da identidade psicofísica.

Argumento de Kripke (identidade particular-particular)

As teses materialistas particular-particular defendem que um acontecimento mental particular, por exemplo, uma dor de dentes que um sujeito tem numa ocasião, é idêntico a um acontecimento cerebral particular, por exemplo, um disparar de fibras-C numa zona específica do cérebro. Kripke considera a seguinte condicional como primeira premissa: se os materialistas consideram esses acontecimentos como sendo idênticos, então têm de considerar a identidade em questão como análoga às outras identidades teóricas da ciência, ou seja, como sendo uma identidade necessária. A identidade de água com H₂O, ou a identidade de calor com a agitação das partículas, são identidades necessárias, onde os termos dessas identidades são designadores rígidos que se aplicam às mesmas coisas em todos os mundo possíveis.¹

A segunda premissa é a negação do consequente da primeira premissa. Dadas as intuições cartesianas, é metafisicamente possível que o acontecimento mental particular, neste caso a dor de dentes que um sujeito tem numa dada ocasião, seja distinto do

* Castro, Eduardo, *Seminário: "O Problema Mente-Corpo"*, (FLUL: Março 2004).

¹ A tese da rigidez é dispensável, pois no caso dos termos em questão forem considerados como designadores flexíveis basta lê-los *de re* para termos a mesma consequência.

acontecimento cerebral particular, por exemplo, o disparar de fibras-C no cérebro que sistematicamente lhe está associado.

Logo, os acontecimentos mental e cerebral particulares são distintos.

Dada a quase indisputabilidade da primeira premissa, as objecções ao argumento incidem sobre a segunda premissa da possibilidade dos acontecimentos mental e cerebral particulares serem metafisicamente distintos. O defensor da necessidade das identidades psicofísicas pode objectar que da mesma forma que existe uma ilusão de contingência em situações empíricas no mundo, existe também uma ilusão de contingência entre estados mentais e estados cerebrais que sistematicamente lhe estão associados e, assim, a segunda premissa é falsa.²

A segunda premissa do argumento de Kripke é suportada pelo princípio geral que se uma situação é concebível, então é metafisicamente possível. Explicada a ilusão de contingência em situações empíricas, analogamente explicar-se-ia a ilusão de contingência na relação entre estados mentais e estados cerebrais. Portanto, trata-se de situações *aparentemente* concebíveis; mas que são, de facto, situações metafisicamente impossíveis; logo, não são situações concebíveis.

Kripke considera que não é correcta a analogia da ilusão de contingência. Se *parece ser* concebível existir uma dor de dentes lancinante e não existir um disparar de fibras-C no cérebro que sistematicamente lhe está associada (e vice-versa), essa situação não se explica pela confusão com a situação metafisicamente possível da *sensação de dor de dentes* ser causada por outra coisa qualquer que não o disparar de fibras-C (e vice-versa). Pois, no caso de uma dor, necessariamente, se existe, então é sentida como dor. Uma sensação de dor de dentes não é possível que seja uma dor de dentes “falsa”, como no caso da *sensação de calor* ser confundida com calor como agitação de partículas.

A suposição da necessidade da identidade de dores particulares serem um disparar de fibras-C é inconsistente com a situação aparentemente concebível anterior e,

² Por exemplo, a situação em que *parece ser* concebível existir calor, mas que não é agitação das partículas é uma situação verdadeira na medida que é confundida com a situação metafisicamente possível da sensação de calor ser causada por outra coisa qualquer que não a agitação de partículas. Ambas as situações são epistemicamente idênticas, mas em nenhuma delas existe calor como sendo um designador rígido que refere a agitação de partículas em qualquer mundo possível.

portanto, por redução ao absurdo, conclui-se que a suposição da necessidade da identidade é falsa, isto é, a segunda premissa é verdadeira.³

Em suma, a aparente contingência cartesiana entre acontecimentos mentais particulares e acontecimentos cerebrais particulares tem que se mostrar ilusória por uma outra estratégia. O objectivo de Nagel é uma tentativa nesse sentido sem abdicar do comprometimento realista da fenomenologia da experiência mental e, consequentemente, não se trata de uma tentativa reducionista, fisicalista ou materialista.⁴

A Identidade Psicofísica

Na hipótese empírica que os processos mentais poderão ser, necessariamente e não-analiticamente, processos físicos, o carácter fenomenológico e subjectivo das experiências mentais introduz limitações ao processo de descoberta científica (a posteriori) da necessidade da identidade que não se verificam na descoberta de outras necessidades empíricas. Analisemos duas estratégias infrutíferas.

Os campos gravitacionais e electromagnéticos são irreduzíveis, mas necessariamente relacionados com o comportamento de partículas eléctricas e massivas, respectivamente. Por sua vez, o carácter fenomenológico subjectivo da experiência é também irreduzível, mas necessariamente relacionado com processos físicos. Porém, a subjectividade da fenomenologia acedida na primeira pessoa não é comparável à objectividade das entidades teóricas científicas. Esta estratégia comparativa não serve para estabelecer a necessidade da relação entre estados mentais e estados cerebrais.

As identidades estabelecidas nos fenómenos naturais, como a água é H₂O ou o calor é agitação de partículas, são reduções teóricas sucedidas somente possíveis por intermédio de um “upward entailment” – por exemplo, as propriedades intrínsecas macroscópicas da água são asseguradas pela hipótese empírica de que água é H₂O, mais leis teóricas genéricas acerca do seu comportamento. A teoria empírica da necessidade da identidade psicofísica não se estabelece por esta estratégia de “upward entailment” que possibilitaria uma redução teórica científica dos processos mentais aos processos físicos. Pois, no problema mente-corpo os processos cerebrais objectivos ocorrem num espaço-tempo determinado e relacionam-se com processos mentais fenomenologicamente subjectivos que ocorrem num espaço-tempo pouco determinado; e avanços

³ Na perspectiva anti-realista semântica (Dummett) esta demonstração por redução ao absurdo não justifica porque os estados mentais estão contingente relacionados com os estados cerebrais.

⁴ Nagel rejeita a noção de materialismo de Kripke (Kripke 1980, p: 155).

conceptuais ou informativos no domínio dos processos cerebrais em nada contribuem para uma melhor explicação do carácter fenomenológico da experiência.

Segundo Nagel, vulgarmente existem dois géneros de conceitos: uns estão abertos à descoberta científica de características empíricas não implicadas pelo próprio conceito (por exemplo, os conceitos pré-científicos como água ou calor); outros excluem a possibilidade de descoberta científica de características empíricas não implicadas pelo próprio conceito (por exemplo, números algébricos). Uma diferença entre estes dois géneros de conceitos reside na referência dos primeiros a entidades do espaço-tempo e dos segundos a entidades não espaço-temporais.

O caso mente-corpo é uma situação intermédia em relação às anteriores. O conceito de uma mente ou de um processo mental exclui a possibilidade de, através de investigação científica natural, designar também um processo ou acontecimento físico. Isto é, os conceitos mentais actuais não referem processos físicos espaço-temporais os quais podiam ser empiricamente investigados.

O problema de Nagel é saber *como* é que uma coisa que é fenomenologicamente individual e subjectivo pode ser simultaneamente um acontecimento fisiológico objectivo no cérebro. O equipamento conceptual presentemente usado não nos permite compreender como é que um acontecimento pode simultaneamente ter características subjectivas e físicas. Esta limitação conceptual denota a inadequação dos conceitos actuais para a formulação de uma teoria empírica que esteja de acordo com a hipótese empírica da necessidade da identidade.

A mudança conceptual é um procedimento comum nas ciências naturais que permite descobrir que ocorrências aparentemente contingentes se verificam a um nível mais profundo como sendo ocorrências necessariamente relacionadas. Nesse sentido são precisos conceitos que adequadamente possibilitam a apreensão da natureza intrínseca das coisas que eles referem. No caso do problema mente-corpo, a irreducibilidade da mente ao físico e a forte evidência da causalidade entre mente e cérebro, em ambos os sentidos, que não conseguimos explicar, leva-nos a concluir que os conceitos mentais e físicos usados falham na captura de algo intrínseco à natureza do fenómeno que cada um deles refere.

Dado que os conceitos actuais são conceitos fechados à descoberta científica natural, então o seu refinamento por análise dos seus constituintes internos (provavelmente) possibilitará uma melhor clarificação dos conceitos, mas trata-se de uma clarificação paralela dos conceitos que não será útil para a explicação da hipótese

da necessidade da identidade. Portanto, são necessários novos conceitos que capturem e expliquem a necessidade da ligação entre mente-cérebro e que não resultem de uma mera conjunção dos conceitos mentais e físicos actuais; conceitos novos, segundo os quais caíam os conceitos actuais.

O objectivo de Nagel é estabelecer uma relação única entre fenomenologia, fisiologia e comportamento. Visando esse objectivo assume que cada estado mental está relacionado com cada estado cerebral por uma relação *necessária* mas *não-conceptual*, onde os papéis funcionais são necessários para fixar a referência dos termos mentais, dado o carácter primeira-pessoa/terceira-pessoa inextricável dos conceitos mentais. No entanto, Nagel rejeita as tentativas funcionalistas reducionistas de os conceitos mentais serem analisados funcionalmente, preservando, por sua vez, que cada estado mental desempenha contingentemente um papel funcional na produção de comportamentos.

Os conceitos fenomenológicos usados devem captar as propriedades que são detectadas na primeira e na terceira pessoa. A objectividade dos conceitos fenomenológicos é assegurada por uma relação interna com certas condições standard circunstanciais e comportamentais: o conceito que aplicamos interiormente a nós próprios é o mesmo conceito que os outros exteriormente aplicam a nós, e reciprocamente. Por exemplo, a possibilidade de fixação de referência do termo “dor” depende da relação sistemática entre a qualidade fenomenológica e as disposições comportamentais, dadas determinadas condições.

Um dado papel funcional pode ser ocupado por diferentes qualidades fenomenológicas em diferentes organismos. Porém, quando um dado papel funcional serve para fixar a referência de um termo de sensação (por exemplo, “dor”) o termo refere-se a um estado com propriedades fenomenológicas e fisiológicas essenciais, esta é a hipótese de Nagel.

Os estados mentais devem ter uma essência dual, isto é, serem simultaneamente fenomenológicos e fisiológicos. Se esta proposição é verdadeira, então, o aparente concebível *zombie*, como réplica molecular e funcional sem fenomenologia interior subjectiva, é uma ilusão. Porém Kripke mostra, indirectamente, que o aparente concebível *zombie* é inconsistente com a tese da identidade como necessária. O que está errado na tese de parecer concebível *zombies* ou seres com estados mentais e funcionais idênticos aos humanos, mas que no lugar do cérebro têm um circuito electrónico?

Imaginemos que Kripke está a comer um gelado. Kripke tem acesso imediato (na primeira pessoa) ao carácter subjectivo da experiência do sabor do gelado e nós

teremos acesso (na terceira pessoa) a determinados aspectos públicos funcionais – estímulos e comportamentos. Esta dialéctica, por si mesma, estabelece uma independência conceptual ilusória. A identificação introspectiva da experiência de Kripke não pode ser totalmente separada das suas relações funcionais, por exemplo, a capacidade de Kripke distinguir o sabor de nata do sabor de chocolate, num gelado. A independência conceptual deve-se ao encobrir das condições necessárias de referência do conceito fenomenológico usado para descrever a experiência.

Uma situação semelhante à anterior, mas na vertente da relação entre fenomenologia e fisiologia, resulta se imaginarmos um marciano, com uma constituição fisiológica distinta de Kripke, a saborear sensitivamente o gelado do mesmo modo que Kripke. Neste caso a situação imaginada pressupõe condições de referência completas do conceito usado para a descrever (quer funcionais, quer fenomenológicas).

Estas situações imaginadas permitem-nos concluir que se existe uma relação necessária entre a fenomenologia e a fisiologia do saborear de um gelado por alguém, ela não seria evidente a priori pelo conceitos que descrevem as experiências, dado que a posse desses conceitos não envolve nada acerca da compreensão do que se passaria no cérebro desse alguém. No caso em que a situação é descrita na primeira pessoa (neste caso por Kripke), a possível relação entre a qualidade fenomenológica da experiência e a fisiologia associada não está presente no conceito fenomenológico usado e não será detectada por análise filosófica. Portanto, não é correcto deduzir que a fenomenologia se relaciona contingentemente com a fisiologia a partir de situações imaginadas que separam a fenomenologia da fisiologia, dado que as experiências imaginadas seriam subjectivamente as mesmas independentemente do género de relação entre fenomenologia e fisiologia.⁵

Se a relação entre fenomenologia e fisiologia é uma relação necessária, então a situação imaginada da fenomenologia sem a fisiologia que lhe está sistematicamente associada (e vice-versa) é enganadora. Imaginemos que alguém está, neste instante, a saborear um gelado e profere as duas afirmações seguintes: “posso conceber *esta experiência* (de saborear o gelado) enquanto o meu cérebro se encontra num estado

⁵ Uma primeira resposta contra a tese da contingência da identidade foi apresentada em (Nagel 1979, nota 11). Quando imaginamos a ocorrência de um estado mental sem o estado cerebral associado, primeiro imaginamo-nos *simpaticamente* num estado de consciência parecido a esse estado mental, depois imaginamos *perceptualmente* a não ocorrência do estado cerebral associado, mas essa situação de imaginação perceptual somente é possível colocando-nos num estado diferente do primeiro. Dada a diferença de géneros de imaginação (perceptual e simpática) na experiência a relação entre o estado

completamente diferente”; “posso conceber o meu cérebro no *estado específico* associado ao saborear do gelado e não ter qualquer sensação de sabor”. Supondo que a relação entre fenomenologia e fisiologia é necessária, então ambas as afirmações estão erradas: na primeira “esta experiência” refere também um acontecimento específico no cérebro; na segunda “o estado específico [cerebral]” refere também a experiência fenomenal associada. Portanto, o argumento do que parece ser concebível no problema mente-corpo, alicerçado em situações imaginadas, não mostra que a relação entre fenomenologia e fisiologia seja uma relação contingente.

Nagel termina acrescentando uma conjectura especulativa: a evidente relação macroscópica entre os processos mentais e as manifestações comportamentais, conceptual e contingente, é uma evidência superficial da existência a um nível mais profundo de uma necessidade da identidade psicofísica. Ou seja, a relação macroscópica entre mente e comportamento sugere que, provavelmente a um nível interno e específico no cérebro, existe uma versão microscópica dessa relação, mas imediata e não-contingente, onde as manifestações comportamentais macroscópicas são expressões microscópicas “comportamentais” do cérebro.

A experiência imaginada do cérebro numa tina ligado a eléctrodos de *input* e *output* evidencia que os estados mentais associados ao cérebro na tina estabelecem relações electrónicas imediatas e, portanto, não-contingentes de *input* e *output* com o exterior. Mais realisticamente, existem exemplos de indivíduos com lesões cerebrais que evidenciam que mente e cérebro são em alguma medida compostos por partes que são simultaneamente mentais e físicas. Este fenómeno de mente e cérebro como composição de pequenas partes sugere que o cérebro é um local de subprocessos microscópicos de relações necessárias entre “mente e comportamento” que constituem ao nível macroscópico superficial uma relação contingente entre mente e comportamento.

Bibliografia:

- Kripke, Saul (1980), *Naming and Necessity*, (Oxford: Blackwell), p: 134-155.
- Nagel, Thomas (1979), “What is it Like to be a Bat?”, in *Mortal Questions*, (Cambridge: CUP), p: 166-80
- Nagel, Thomas (1998), “Conceiving the Impossible and the Mind-Body Problem”, *Philosophy*, vol. 73, n.º 285, p: 337-52. [Cópia.]
- Nagel, Thomas (2000), “The Psychophysical Nexus”, in Boghossian, P.; Peacocke, C. (eds), *New Essays on the A Priori*, (Oxford: OUP), p: 434-72.

mental e o estado cerebral associado parecerá contingente, mesmo que se trate de uma relação necessária.